



| Representação Parlamentar |

| Deputada Zuraida Soares | Programa de Governo |

| Intervenção final | Novembro 2012

Enquanto debatemos o Programa do Governo da Região Autónoma dos Açores, decorre, na Assembleia da República, a discussão do Orçamento de Estado que, já na próxima semana, a maioria PSD/CDS vai impor aos/às Portugueses/as. Este Orçamento de Estado, na esteira da política da troika, é um autêntico assalto fiscal.

Políticas estas que lançaram o País no caos, na miséria e no sofrimento, inutilmente, porque a dívida e os défices continuam a aumentar, apesar de todas as maquilhagens e malabarismos.

Também por isto, a demissão do governo PSD/CDS é, hoje, uma exigência nacional.

Os reflexos desta política, nos Açores, são o desastre social que todos conhecemos e, não tenhamos dúvidas, com a aplicação do Orçamento da República, se tal não for impedido, os/as Açorianos/as (como todos os/as Portugueses/as) mais agruras vão sofrer.

Mas o governo PSD/CDS (na esteira da velha direita centralista, de má memória) tem, como objectivo, atacar a Autonomia. A exigência absurda dos Açores pagarem os serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (quando as suas populações a ele recorrem, por não existirem, na Região, os cuidados médicos exigidos), para além de absurdo, é profundamente discriminatório, impondo aos habitantes desta Região uma subalternidade, que os remete para o estatuto de portugueses de segunda.

Também da revisão da Lei de Finanças Regionais, nada se pode esperar de bom.

Esta Lei é, para nós, um dos três pilares da autonomia.

Desde há ano e meio - quando o governo PS, na República, assinou o Memorando com a troika -, que o Bloco de Esquerda/Açores propôs, reiteradamente, a união de todos os partidos da Região, na sua defesa, porque ela é estruturante da Autonomia e não pode ser motivo de jogo político ou arma de arremesso.

Mas, independente dos motivos, a unidade agora encontrada, entre todas as forças políticas, na defesa das traves mestras da actual Lei de Finanças Regionais, é importante para os Açores e o Bloco de Esquerda empenhar-se-á, convictamente, nesta batalha.

Pesam sobre os/as Açorianos/as sérias ameaças e, infelizmente, o Programa de Governo que hoje acabamos de analisar – e, ainda mais do que o Programa, as respostas e as não



| Representação Parlamentar |

respostas, com que o governo de Vasco Cordeiro nos presenteou - confirmam que o XI Governo da Região Autónoma dos Açores, não vai ser uma barreira contra a austeridade, mas antes um aplicador do plano troikista, ainda que de forma mais fofinha.

A campanha eleitoral do Partido Socialista (em particular, os discursos contra a austeridade sobre quem trabalha e sobre os mais pobres, do então candidato Vasco Cordeiro) criou as maiores expectativas de que, na Região, usando as prerrogativas da Autonomia, teríamos um governo que, dentro das suas competências, minimizaria as atrocidades do governo da República. Lamentavelmente, bastou um mês para que o Bloco de Esquerda confirme que assim não será.

Vamos ao documento.

Certamente, não é por incapacidade que o Programa de Governo não tem um enquadramento económico. Poderá ser que o governo Regional queira esconder a mais do que certa queda do PIB regional, nos últimos dois anos?

Em 203 páginas, bem recheadas de desejos e intenções, não há um único objectivo concreto, quantificável, com que o Governo se comprometa.

Eis algumas questões concretas:

- A evasão fiscal é uma chaga, na economia da Região e os próprios empresários o afirmam. É responsável por cerca de 250 milhões de euros a menos, todos os anos, nos cofres públicos, os trabalhadores (como, oficialmente, não existem) não têm direitos e é um entorse terrível para uma economia saudável.

Sobre isto, Programa de Governo nada diz e o governo da Região diz que nada tem a ver com isto, porque é responsabilidade do governo da República. Todos sabemos que as Finanças não estão regionalizadas mas, este problema, para além das questões que referi, ao lesar os cofres públicos, lesa a sua capacidade de garantir melhor Saúde, melhor Educação, melhores apoios sociais.

Perante tudo isto, a resposta do Governo Regional é de bradar aos céus!

Um governo que é eleito tendo, como base, a luta contra a austeridade e a minimização, na Região, das políticas nefastas do governo da República, à pergunta 'Vai o Governo dos Açores repor o subsídio de férias para o ano de 2013? E ao subsídio de Natal o que é que vai fazer?' responde coisa nenhuma.



| Representação Parlamentar |

Ora, esta é uma prerrogativa exclusiva do governo dos Açores, portanto, perante a não resposta, ficamos a saber (por exclusão de partes) que o Governo Regional vai, de facto, continuar a retirar aos trabalhadores do sector público e à economia dos Açores, cerca de 30 milhões de euros, que tanta falta fazem à dinamização do mercado interno.

Afinal, não há barreira contra a austeridade; há é a negação do discurso da campanha eleitoral.

Afinal, o Memorando assinado com a República não é um documento inócuo (como o PS tem defendido); é mesmo para valer e para valer contra quem trabalha.

Mas, diz o Governo que vai aumentar o 'cheque pequenino' e o abono de família. Também já sabemos como é.

O Governo da República tira o Rendimento Social de Inserção e diminui os subsídios de desemprego, para aumentar 2% as pensões mais baixas. O Governo dos açores dá alguma coisa depois de tudo ter sido tirado.

Mas, enquanto aos trabalhadores tira, o Governo mostra-se pródigo, na continuação de desbaratar dinheiros públicos.

Por exemplo, na Educação propõe-se continuar a política que justificou os chorudos apoios ao Colégio do Castanheiro. Ou seja: paga para a construção e gestão de colégios privados, enquanto falta dinheiro para a Escola pública.

Também na Saúde, o exemplo do negócio da Radioterapia é para continuar e desenvolver. E, neste caso, mesmo após o Tribunal de Contas ter assinalado que, em termos económicos, o negócio seria prejudicial para a Região, este prosseguiu, com nova maquilhagem.

Mas este governo, no seu Programa, mantém esta linha de acção que, aliás, é a mesma que o leva a recusar-se a alterar a Lei dos contratos públicos, no que respeita à diminuição da legalidade das derrapagens, em percentagens inaceitáveis. Afinal, o regabofe continua para alguns.

Pela primeira vez aparece colocada, num programa de Governo, a possibilidade da Base das Lajes ter outras valências, as quais promovam o desenvolvimento e o emprego, em vez do desastre que vai, a breve trecho, acontecer.

Mas a posição do Governo é, no mínimo, ridícula: quem vai investir a sério, numa estrutura que, a qualquer momento, tem de parar a laboração, porque outros precisam dela para fazer uma guerra?



| Representação Parlamentar |

A filosofia que perpassa, neste documento, também vai em linha, com o Governo da República e traduz-se no seguinte: nada há a fazer no mercado interno, nada há a fazer, quanto ao financiamento das empresas. Como manda Vitor Gaspar, temos que apostar na exportação.

Com esta filosofia, o Governo abdica de um combate sério, na defesa dos sectores tradicionais da nossa economia e, em breve, veremos o queijo de S. Jorge ser feito com leite holandês.

Sempre o Bloco de Esquerda defendeu a necessidade de alteração do paradigma da nossa economia, mas isso não pode ser feito de um dia para o outro, nem sobre os escombros e a miséria dos sectores tradicionais.

Finalmente, para aquilo que é o coração da nossa economia - os transportes -, o Governo coloca tudo na lógica da entrada das Low-Cost, mas não responde para quantas ilhas, quais, com que periodicidade, como fará quanto às deslocações inter-ilhas. Sobre isto, ou não responde, ou não sabe, ou o mercado é que vai decidir.

Este Programa (mas, insistimos, mais do que o Programa, as respostas e as não respostas que abundaram) mostra que este governo não é uma barreira à austeridade criminosa para o País, imposta pelo Governo da República. É, antes, a continuação do habitual: discurso, para um lado; prática, para o outro.

Este Governo está alinhado com a troika e não quer dar o contributo que devia dar, para salvaguardar os/as Açorianos/as dessa política criminosa que afunda o país e que afunda os Açores.

Nós, temos outro caminho, temos outras soluções. O nosso voto contra este Programa é, portanto, o corolário lógico.

Horta, 22 de Novembro de 2012